

PORTARIA No. 528 DE 30 DE JULHO DE 1982.

**O Ministro de Estado**

DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, com a redação dada pela Lei nº 6.964, de 09 de dezembro de 1981,

RESOLVE conceder naturalização, na conformidade do artigo 145, II, b, 3, da Constituição Federal, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Lei do Brasil, a ELISABETH BRZOZOWSKI, natural da Alemanha, nascida a 23 de fevereiro de 1929, filha de Josef Weiss e de Carolina Weiss, residente no Estado de São Paulo.

IBRAHIM ABI-ACKEL  
Ministro da Justiça

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA**

ATA DA 22ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 24.05.82

Às dez horas do dia vinte e quatro de maio de um mil novecientos e oitenta e dois, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, NABOR CESAR SIQUEIRA, NEGI CALIXTO e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Aberta a Sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colegiado, oportunidade em que foi aprovada com as emendas propostas pelo Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre onze de abril a 20 de maio último. Iniciando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES que emitiu parecer sobre o Anteprojeto procedente da Divisão de Apoio do DESIPE-Rio, relativo à criação de Cadastro Geral dos Internos daquele sistema penitenciário. Situando o projeto através de seus objetivos anteriormente mencionados, o relator informou que anexo ao histórico do citado documento constam modelos de fichas de cadastro para levantamento de inúmeros dados referentes a presos, tais como: registro penal, levantamento estatístico e outros. - Entretanto, aplaudindo a iniciativa daquela Divisão do DESIPE, ratificou parecer anterior do DEPEN que informou estar cuidando do assunto e que, a curto prazo, fará o levantamento do Cadastro Geral do Sistema Penitenciário Brasileiro através de computação eletrônica de dados, já aprovada pela Secretaria Especial de Informática da Presidência da República. Assim sugeriu que os formulários enviados fossem encaminhados à implantação do Sistema e que o Estado aguardasse as diretrizes reais conforme o novo modelo de informática a ser adotado pelo DEPEN. Ao finalizar solicitou que fosse encaminhado à Divisão interessada, cópia dos pareceres constantes desse processo. Carecendo o Senhor Presidente de ausentar-se por algum tempo, assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, que, em seguida, colocou o parecer supramencionado em discussão, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em seguida o Senhor Vice-Presidente em exercício, Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, passou a palavra ao Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que emitiu parecer sobre o Anteprojeto de Estatuto Padrão para o Sistema Penitenciário, proposto pelo DEPEN, escusando-se por trazer mais dúvidas que certeza. Motivou tal fato à conta, não do excelente trabalho sob exame, mas da dificuldade de quem, não sendo administrativista, deveria examinar o Anteprojeto. Observou, em seguida, os cinquenta e dois artigos que compõem o conjunto das normas a regulamentar os direitos e deveres do servidor penitenciário, se achavam bem organizados. Deveria tal diploma, contudo, evitar normas, que seriam mais próprias de se localizar na Lei de Execução Penal. Notou, ainda que não saberia distinguir atividade penitenciária de função e serviço penitenciário. Ao recrutamento e seleção dos servidores penitenciários, pediu que se acrescentasse o aperfeiçoamento ou "reciclagem". No tocante ao provimento dos cargos, alvitrou que se fossem outras formas derivadas, a saber: readmissão, reversão e reintegração. Mostrou, também, dúvida em ser o aumento por mérito forma interna de provimento de cargo público. Na sequência, ponderou que, talvez existissem definições legais,

em excesso, em diversos dispositivos. Finalmente, ponderou o Senhor Conselheiro que, ao invés de inquérito administrativo o Anteprojeto deveria aludir a processo administrativo posto que seriam institutos diversos, consoante buscou demonstrar na ocasião e, observou que no rol de faltas disciplinares bem se poderia incluir a quebra de dever funcional. Posto o parecer em votação o Sr. Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES arguiu questão preliminar no sentido de que este Anteprojeto fosse transformado em normas reitoras gerais, elaboradas pelo CNPP. O Senhor Vice-Presidente em exercício, considerando o teor do parecer, consultou o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO sobre a questão levantada, oportunidade em que concordando com a mencionada proposição, sugeriu em complementação que os Senhores Conselheiros JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES se encarregassem dessa normatividade. O Senhor Presidente acolhendo a sugestão ampliou o grupo, e indicou o Parecista ao Presidente da Comissão que elaborará esse documento. Colocado o assunto em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Reassumindo as atividades da sessão, o Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vice-Presidente pela colaboração emprestada à liderança dos trabalhos, e, em prosseguimento, passou a palavra ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES que por solicitação do Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA que se encontrava a serviço em São Paulo, deu ciência ao Egrégio Conselho sobre as providências que o DEPEN adotou para atender a situação "suigeneris" do egresso ARI DA SILVA MORAES, que após o cumprimento de pena em Brasília, tornou-se "preso voluntário". Os fatos que levaram Ary a essa situação comoda e segura foram motivados pelo medo de enfrentar as condições de readaptação e obter sua própria sobrevivência. Diante do exposto o DEPEN diligenciou através da Casa do Albergado, providências no sentido de que Ary retorne à sociedade de forma gradual e assistida. Com a palavra o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que atendendo solicitação do Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, concluiu seu parecer sobre a possível criação de uma fundação que ampare o trabalho do preso e cujos objetivos foram transcritos na ata anterior. Em ligeiro retrospecto a esses objetivos e acentuando a carência da população prisional no que se refere ao desenvolvimento de trabalho em sentido empresarial a ser estruturado nos presídios, concluiu o referido parecer pela elaboração de uma resolução que reconhecesse a conveniência do andamento da proposta do Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI. Colocada a matéria em discussão o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES ponderou sobre o título da instituição proposta, (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), postulando por amenizar o vocábulo "Preso". Aceita a sugestão participaram desse exame os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA que juntamente com o Senhor Conselheiro SERRANO NEVES chegaram a uma conclusão com a seguinte denominação: "FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHO PENITENCIÁRIO". A oportunidade o Senhor Presidente considerando ambas as proposições, submeteu-as à votação do Egrégio Conselho que aprovando-as por unanimidade, resultou a resolução que a seguir transcrevemos. "O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o parecer do Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, formulado em face da necessidade de amparar o trabalho no sistema prisional nacional, RESOLVE aprovar o mencionado parecer, constante do Processo-MJ-Nº 01992/81, que deverá ser encaminhado ao DEPEN para elaboração de estrutura da pessoa jurídica a ser instituída - PIO SOARES CANEDO." Em assuntos extra-ordinais, foram evidenciados aos Senhores Presidente e Vice-Presidente quando em exercício dos trabalhos, os temas que se seguem: a) - rememoração do Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, Presidente da Comissão do DEPEN, incumbida de verificar a situação dos presídios no Rio, o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA indagou sobre o teor das notícias que circulavam pelos jornais informando que a referida comissão iniciou aquelas atividades sem que, antes, ouvisse os Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO e FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, ambos investidos da orientação e acompanhamento das verificações. Em resposta o Sr. Conselheiro SERRANO NEVES informou que, realmente, até aquele momento, a referida comissão não havia contado com os seus Titulares. Em virtude do exposto o Senhor Vice-Presidente aguardou o Senhor Presidente que em seguida manteve entendimentos com o Senhor Diretor-Geral do DEPEN, oportunidade em que foi desvanecido o mal entendido; b) - novamente com a palavra, o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA enfatizando a importância dos trabalhos emanados deste Egrégio Conselho, propõe a criação de condições que viabilizem a divulgação ampla desses trabalhos pela imprensa falada e escrita. Aceita a proposição supra o Senhor Vice-Presidente colocou-a em votação, oportunidade em que foi aprovada pela unanimidade dos presentes; c) aludindo-se à proposição do Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO informou que a revista "Ciência Penal" publicou um número especial sobre o Anteprojeto de Lei Modificativo da Parte Geral do Código Penal e que, agora, es